

CASEL, Dom Odo. *O mistério do culto no cristianismo*. Tradução de Gemma Scardini, São Paulo: Ed. Loyola, 2009, 16 x 23 cm, 124 pp.

Ney Brasil Pereira*

Esta edição brasileira da obra, pouco volumosa, mas densa, é a tradução do original alemão de 1932/1935, por sua vez traduzido para o francês em 1946, e só agora, quase 80 anos após o seu lançamento, lançada no Brasil. Assim nos informa o apresentador brasileiro, Cláudio Pastro, artista responsável pela extraordinária decoração litúrgica do Santuário Nacional de Aparecida.

Quanto aos méritos do autor do livro, afirma o apresentador: “Graças a Dom Odo Casel, passou-se a entender a liturgia dos Sagrados Mistérios não como um conjunto de rubricas dentro de uma eclesiologia fechada, mas a liturgia como ação do próprio Mistério que dá vida à Igreja, desde todos os tempos, e através dos elementos universais da humanidade” (p. 11). Dom Casel, segundo Pastro, “dá respostas claras” às seguintes questões: “Que é o Mistério, o Sagrado? Qual a linguagem do Mistério? Que é o culto cristão?”

Ainda o apresentador: “Hoje, quase 50 anos após o Concílio Ecu-
mênico Vaticano II, surgem querelas sobre qual liturgia seria melhor: o rito de Pio V (renascentista), ou a liturgia de Paulo VI (século XX)? Nada melhor para nos esclarecer, com os fundamentos teológicos, do que o movimento litúrgico que fez escola estudando as fontes antigas à sombra da Abadia de Maria Laach, junto com Dom Festugière e Dom Beauvuin, seguidos pela revista *Les Questions liturgiques et paroissiales*, de Louvain (Bélgica), e pelo abade Caronti e a *Rivista Liturgica* (Itália)” (p.12).

Isso dito, e antes de apresentar os cinco capítulos do livro, confesso que não foi uma leitura fácil. Não sei se o problema está na tradução ou, bastante, na fraca revisão ou, mais ainda, na falta de atualização do

* O recensor, mestre em Ciências Bíblicas, é professor no ITESC, Florianópolis.



contexto do conteúdo, o fato é que o livro, assim como está, deixa muito a desejar. É muito diferente da leitura do volumoso “*Missarum Sollemnia*”, de Jungmann¹, que evidentemente tem outro objetivo, outro método e outro conteúdo.

Mas vejamos, com a brevidade possível, os cinco capítulos. O primeiro, intitulado “A volta ao mistério” (pp. 13-20), começa justificando essa volta como uma “necessidade” nunca dantes tão sentida, porque “a humanidade nunca se distanciou tanto do Mistério de Deus, nunca se lançou à morte a este ponto” (p. 13)... E agora, 2011, “nunca dantes”? O que significa, na p. 17, esta afirmação: “Com a queda do humanismo, nossa época (?) abriu o caminho da volta ao Mistério”? Pelo final do capítulo, o autor apresenta três aspectos do “Mistério divino”: 1) “é, antes de tudo, *Deus nele mesmo*” (p.18); 2) “para o apóstolo São Paulo, o *mistério* é a maravilhosa *revelação de Deus em Cristo*” (p.19); 3) “um terceiro sentido completa os dois primeiros”: Deus e Cristo se manifestam nos *mistérios do culto*, os sacramentos (p.19).

O segundo capítulo, o mais longo (pp. 21-69), retoma o título do livro: “O mistério do culto no cristianismo”. Ou, traduzindo literalmente o original: “O mistério do culto *crístico*”. O autor começa observando que, para tratar desse tema, é preciso primeiro responder à pergunta: “Que é o cristianismo?” (p. 21). E divide sua exposição em três partes: a) “O mistério do Cristo” (pp. 21-41); b) “No culto há mistérios” (pp. 42-55); c) “A liturgia dos mistérios” (pp. 55-68). Note-se que, quanto ao próprio termo, o original grego *mysterion* é traduzido em latim, na Vulgata (e também na Nova Vulgata), às vezes por *mysterium*, e às vezes por *sacramentum*. A semântica dos termos correspondentes, em português, porém, modificou-se.

Tratando do “mistério do Cristo”, após a necessária referência à teologia paulina, o autor sintetiza: “O cristianismo (...) é um *mistério*, no sentido paulino da palavra.” (...) “É ainda” – e aqui não sei se a tradução, confusa, corresponde ao original – “o acesso da Igreja redimida junto ao Pai eterno, um acesso pelo sacrifício e pelo dom total, conseqüentemente pela glória” (p. 25). Não entendi. Aliás, no decorrer do livro há muitas, muitas passagens de difícil compreensão, como anotei no exemplar que

¹ JUNGSMANN, Josef Andreas, *Missarum Sollemnia*, Origens, liturgia, história e teologia da Missa Romana, trad. brasileira do original alemão de 1962 (5ª. edição), São Paulo, Paulus, 2009, 23,5 x 16,5cm, 965 p. Ver minha recensão dessa obra nesta Revista, n. 57(2010/3), pp. 182-186.



li. Às vezes, a teologia do autor é questionável, como a argumentação sobre o “sacrifício”, na p. 33, a qual começa com esta afirmação radical: “Não existe religião sem sacrifício”. Será? De que “religião” se trata? Certamente não a exaltada por Tiago (Tg 1,27). E qual “sacrifício”? Também não o “sacrifício vivo” recomendado por Paulo (Rm 12,1). E assim por diante.

Na p. 34, a citação de 2Cor 5,16 ficou embrulhada... e questiono o resumo do pensamento do autor, justificando-se com Jo 3,16, nesta frase: “Foi o próprio Deus quem ofereceu o sacrifício...” a quem? a si mesmo? Na p. 37, em cima, ao falar do lugar essencial que o mistério do culto ocupa no Mistério de Cristo, o autor afirma, com justeza: “É evidente que, sem o mistério do culto, o Mistério de Cristo não poderia continuar através dos séculos e se prolongar em sucessivas gerações, até que todo o Corpo obtenha salvação e glória com a Cabeça.”

Na longa citação do “Simpósio” de Metódio de Olimpo (+311), nas pp. 37-38, a tradução do termo grego *pleurá*, que aparece três vezes no original, é incoerente: uma vez se traduz por “lado”, como é o sentido de Gn 2,21 na Septuaginta, e duas vezes por “costela”², o que torna difícil a compreensão da alegoria do texto. Na p. 41, último parágrafo, o autor, depois de ter explicado o sentido misterioso de cada sacramento, assim conclui: “Esta rápida exposição quer somente mostrar que a religião do Evangelho, a piedade do Novo Testamento, e a liturgia da Igreja, não podem ser concebidas sem o mistério do culto...” E arremata: “A liturgia dos santos mistérios é a atividade central e vital da religião cristã”. Novamente faço a pergunta: E então, onde fica a religião de Tiago (Tg 1,27)?

A segunda parte do capítulo retoma o tema, com o título: “No culto há mistérios” (p. 42). E assim começa: “O Novo testamento nos ensina que o cristianismo, o ‘Evangelho de Cristo’, é um *Mistério*. Esse Mistério começa na Encarnação, e atinge seu ponto culminante na Cruz e Ressurreição...” Quanto à presença do Senhor nos divinos mistérios, isto é, nos sacramentos, o autor cita bela passagem de Leão Magno, que assim conclui: “O que era visível no nosso Redentor passou agora aos Mistérios. E, para que a fé fosse excelente e firme, a visão deu lugar à doutrina, cuja autoridade seguem os corações dos fiéis, iluminados pela luz celeste.”

² Cf PEREIRA, Ney Brasil, “Costela, ou lado de Adão, em Gn 2,21?”, nesta revista, n. 56 (2010/2), pp. 171-175.



Bela síntese, na p. 45 em cima: “Não haverá outro Reino, não haverá outro sacrifício ou nova santificação. O sacrifício de Cristo foi o sacrifício vespertino do mundo, e sua ressurreição foi a aurora de uma nova e eterna manhã.” Na mesma página, interessante afirmação sobre a relação entre culto e mistério: “A forma do Mistério é a única capaz não só de representar um culto exterior,... mas de conter o dom interior, essa doação fundamental na qual reside o fim central de todo o culto cristão.” Na p. 46, uma comparação com o culto judaico, que “conhecia muito bem, ao lado da oração e do sacrifício, a outra forma de culto, o *zikkarôn*, ou seja, a comemoração, *anámnesis*”. Pois Deus tinha-se revelado a Israel nos acontecimentos históricos (do Êxodo), os quais não deveriam ser esquecidos. Mas esse culto “não era um mistério propriamente dito”, pois recordava apenas fatos históricos, terrestres, superados pela Páscoa de Cristo (p. 47, *passim*).

Na p. 48, a reflexão passa aos “mistérios na época helenista”, cuja grande idéia fundamental era a “iniciação à vida dos deuses”, “renovada e presente num rito”. Mas ao mesmo tempo “vós éreis acorrentados à natureza, consagrados ao serviço dos *elementos deste mundo*”, como comenta Paulo aos colossenses (Cl 2,8.20). Quando o mesmo São Paulo falava do *mistério escondido desde séculos*, seus leitores logo percebiam “uma alusão à linguagem misteriosa bem conhecida” (p. 49). Mas bem cedo, diz o autor, “encontramos as expressões misteriosas aplicadas ao Mistério cristão”, “no momento mesmo em que a Igreja se opunha aos mistérios pagãos”. Hoje, por exemplo, “quando nos servimos da palavra *sacramento*, já não sabemos que esse termo pertence no fundo à língua dos mistérios antigos” (p. 50).

Na p. 51, no primeiro parágrafo, uma dessas afirmações generalizantes e obscuras que já assinalai: “O pensamento antigo (?) era ao mesmo tempo concreto, objetivo e espiritual, livre da matéria”... Que quer dizer isso? Na mesma página, abaixo, numa contraposição entre gregos e judeus, se afirma que estes, “com sua mentalidade semítica, jurídica (?) e sem imagens”, tiveram mais dificuldade de compreender o Mistério de Cristo” que aqueles... Nova afirmação generalizante, e pessimista, na p. 52: “*Hoje* (em 1935? ou 2011?), todo homem esclarecido sente-se chocado ao constatar até que ponto o individualismo, o liberalismo e o socialismo fizeram malograr a Europa e outras partes do mundo, submetidas à sua nefasta influência...” Em contraposição, o autor revela-se otimista na p. 53: “Depois do refluxo e da derrota do antropocentrismo (!), ergue-se atualmente (em 1935? e hoje?) uma profunda necessidade



de vida sobrenatural e de união com Deus”. Na p. 54, outro exemplo da falta de atualização da edição brasileira: na nota 115, no rodapé, o autor convida a ler alguns textos “recentes” do Magistério, e cita o *Motu Proprio* de Pio X, de 1903!

A terceira parte do capítulo II começa na p. 55, com o subtítulo: “A liturgia dos mistérios”. Depois de breve explicação do sentido etimológico da palavra “liturgia”, “serviço do povo” (p. 56), o autor cita a primeira carta de Clemente Romano, o qual, inspirando-se na ordem litúrgica do Templo de Jerusalém, menciona a distinção entre o lugar dos “sacerdotes” e o dos “leigos”, “ninguém ultrapassando os limites traçados pela sua liturgia”... Não está isso retomando o “Antigo”, e esquecendo o “Novo”? Na p. 57, uma interessante comparação entre os termos “mistério”, no sentido de mistério do *culto*, e “liturgia”, a parte que toca à igreja na ação redentora do Cristo. Assim, o “mistério” caracteriza “a parte do Esposo”; e “liturgia”, “a parte da Esposa”. A maneira como se fez essa transição do “mistério” para a “liturgia” é resumida pelo concílio de Trento, sess. 22, cap. I, citado nas pp. 57-58. Numa edição atualizada do livro, gostaríamos de ver aqui também a posição do Vaticano II.

Na p. 59, em baixo, é significativa a citação de Santo Agostinho, sobre o concurso da Palavra com o elemento material, p. ex., a água, “para formar o Mistério”. Segue longa e bela reflexão do autor sobre o sacramento do Batismo, nas pp. 60 a 62. Na p. 64, não entendi, e não concordo, com as negações seguintes, na segunda alínea: “*Nada* (grifo meu) permaneceu na Eucaristia cristã do rito antigo”... e: “O batismo cristão, por sua vez, *não pode ter sua origem* (grifo meu) no batismo prosélito do judaísmo”. Como não? Na p. 67, no penúltimo parágrafo, o autor escreve: “Muitas dificuldades se aplanariam na renovação litúrgica *contemporânea* (grifo meu: na década de 30!), se se mantivessem essas observações (p. ex. de que “o conhecimento dos Mistérios comporta graus”) e se se levasse em conta a *antiga concepção das coisas* (grifo meu)”, inclusive “subtraindo o Mistério à crueza da língua vulgar”, isto é, mantendo o latim... Convenhamos que esses parágrafos, lidos agora, sem mais, 48 anos depois da *Sacrosanctum Concilium*, de 1963, que abriu a liturgia ao vernáculo, soam anacrônicos, não?

Na p. 69 começa o terceiro capítulo, com o título “Mistérios antigos e mistérios cristãos”. Parece-me negativa e pessimista a argumentação inicial de que “o poder da corrente mística que sucede aos ventos e mares do racionalismo (?)... se perde quase que inteira e inutilmente nas águas



estagnadas que o afogam”. E que “a responsabilidade desse desvio não é do cristianismo”... que quer isto dizer? Na p. 70, uma avaliação toda negativa da Reforma alemã, cujo “resultado final” foi “a destruição do Mistério”... Na p. 71, o autor observa que “foram sobretudo os *mistérios helenísticos* que alimentaram o voo e o desenvolvimento da “mística antiga”, mas foi no cristianismo que ela encontrou a resposta divina às suas aspirações sobrenaturais”. A seguir, depois de cerrada argumentação, assim propõe o autor a sua definição de “mistério”: “uma *ação sagrada e cultural* na qual uma obra redentora do passado torna-se presente sob determinado rito; cumprindo esse rito sagrado, a comunidade cultural participa do fato redentor evocado, e adquire assim sua própria salvação” (p. 73, em baixo). Outra síntese da “solenidade ritual”, na p. 74: “Por sua riqueza dramática, por seus símbolos profundamente eloquentes, por seus solos e coros, a solenidade ritual constitui uma obra de arte religiosa de um estilo superior e severo.”

Depois de discorrer ainda sobre as noções de *devotio* e *sacramentum* (juramento,) dos antigos romanos (p.76), o autor começa a tratar do “mistério supremo e último do cristianismo, o fundamento e princípio de todos os mistérios cristãos: a revelação de Deus na pessoa do *Logos* encarnado” (77). Quanto à Eucaristia, ela é simplesmente “o Mistério”, cuja instituição foi “o último ato da vida terrestre do Senhor” (p. 79). Aliás, “todos os sacrifícios antigos convergem e se aperfeiçoam no do Senhor crucificado. Eles eram também, como dizem os Pais da Igreja, e sobretudo Agostinho, uma sombra, deformada mas real, do verdadeiro mistério futuro” (p. 81). Esse “mistério” é *mistério de fé*, pois somente a fé pode conceber a realidade escondida da graça, a força do sacramento. Quando, enfim, a fé der lugar à visão, “então o véu do mistério será levantado” (p. 82). O capítulo termina com bela citação de Clemente Alexandrino, de inícios do séc. III: “...Aquele que cantará conosco é o *Logos* do próprio Deus” (p. 83)

Os capítulos IV e V, mais breves, são evidentemente conclusivos, tratando, respectivamente, do mistério “do ano litúrgico” (pp. 85-94) e do “dia litúrgico” (pp. 95-121). Quanto ao “ano”, ou seja, o ciclo anual litúrgico, o autor observa que, “aos olhos dos antigos, o círculo era o contrário daquilo que evolui. Não conhece antes nem depois, nem princípio nem fim. Por isso simboliza a vida sem fim, plena, eterna (p. 87). E Cristo, “Luz que não conhece ocaso”, é “o verdadeiro Ano, o Dia do mundo, o Éon, o Senhor de todos os séculos” (ibid.) Entretanto, qual é o “mistério” que nos cabe viver no ano litúrgico? Responde o autor, na



p. 89: “é a vida do Cristo-Kýrios, esse itinerário gigantesco que vai do seio da Virgem e da manjedoura até o trono da Majestade divina.” Mas o conteúdo espiritual do ano litúrgico não se desenrola diante de nós de maneira progressiva, como faz a natureza em seu ciclo anual. Enquanto ação divina da salvação, ele é fechado, uniforme e perfeito em si mesmo. Da nossa parte, porém, pede uma adaptação, uma apropriação gradual. Isso, porém, sem esquecer que, durante o ano, “a cada instante é *todo o mistério* da nossa salvação que se mantém diante dos olhos da Igreja e do fiel” (...) “E a prova disso é que, desde o começo, *todo o mistério* aparece integralmente na Eucaristia. O mistério é sempre total.” (p. 91)

No entanto, como o Mistério se realiza na história, embora a Igreja o possua sempre em sua integridade, ela canta o *hodie* em algumas festas, à semelhança do SI 118 (117),24: “*Este é o dia, hoje, que o Senhor nos fez!*” De fato, “da mesma forma que o ano contém a presença divina, assim também cada dia do ciclo nos faz reviver o acontecimento de salvação que outrora lhe conferiu sua própria identidade” (p. 93).

Por fim, no capítulo V, “o mistério do dia litúrgico”, que concentra, no “hoje”, a totalidade do Mistério. E concentra, diz o autor, através da oração e do sacrifício, os “atos supremos e vitais de toda religião” (p. 95)... também a de Tiago 1,27? Interessantes considerações seguem sobre a relação entre oração e sacrifício, nas quais porém senti falta dos ensinamentos do Senhor no Evangelho (p. ex. Lc 11,1-13 e Mt 6,5-15). Lembrando que o sacrifício concretiza, de certo modo, a oração, o autor escreve, na p. 97: “Se no sacrifício cristão a ação do Senhor consiste em tornar presente, sob o véu do símbolo, a obra do seu sacrifício redentor, a parte dos fiéis aí se expressará acima de tudo no quadro eucológico”, isto é, oracional: a começar do Cãnon, as outras preces da missa, as leituras e cânticos e, enfim, todo o conjunto do *ofício do dia*. E continua: “Esse ofício da oração litúrgica é como o anel de ouro no qual engastamos a pedra preciosa do santo sacrifício”, experiência que todos nós podemos desfrutar, não só os monges mas também os seculares. Ainda quanto ao Ofício, “se queremos verdadeiramente compreender seu caráter e sentido, temos de aceitar que a oração litúrgica é verdadeiramente a oração *da Igreja*, e da igreja unida a Cristo como Esposa ao Esposo, como o corpo à Cabeça.” (pp.98-99)

Na p. 99, o autor apresenta a “interpretação alegórica dos textos do Ofício” como – um método extremamente importante para a prática e a exposição da doutrina da Igreja, método aliás do qual se serviu o



próprio Senhor, os apóstolos e, sobretudo, os Pais da Igreja. Na p. 100, porém, o autor exagera ao falar do “instrumento infalível” da alegoria: “instrumento”, sim, mas não “infalível”, pois não dispensa o método histórico-crítico³. Na p. 101, ao insistir no caráter “eclesial” e “objetivo” da liturgia, o autor lembra: “Quando a Esposa de Cristo, divinamente plena do Espírito Santo, ora em união com sua Cabeça⁴ e seu Esposo, sua oração não é a deste ou daquele indivíduo... mas é a oração que procede do Espírito de Deus, a oração da verdade mais objetiva... a de todos os membros do Cristo místico.”

Nas pp. 101-102, o autor (em 1935!) insiste na necessidade de a Liturgia manter-se fiel à tradição, às “formas antigas e tradicionais”, e defende a posição de a Igreja zelar por “uma liturgia bem ordenada e severamente regularizada”... Não é por nada que continuam, quase 50 anos após o Vaticano II, e se intensificam, os alertas dos tradicionalistas, que não fazem a distinção de Congar entre “tradições” e “Tradição”. Aliás, bem antes de Congar, já nos alertara o Mestre contra o apego às “tradições humanas” (cf Mt 7,8-9). Na p. 104, poderia haver mais precisão no conceito do “canto gregoriano”, como uma música “cheia de movimento, moderada e pacífica, de viva ordem”... Também não entendi que quer dizer a “calma épica” (?) que as melodias dos salmos espalham. Aliás, essa “calma épica” volta na p. 110. Nas pp. 104-105, dois longos parágrafos de defesa do *latim* como “língua litúrgica”: razões ponderáveis, sem dúvida, mas que felizmente não se impuseram na *Sacrosanctum Concilium*.

Na p. 107, uma interessante síntese: “A oração litúrgica une, de um lado, a severidade das normas objetivas e, de outro, a liberdade dos movimentos e o sentido da vida pessoal. Aliás, no interior da própria liturgia essa liberdade existe e tem graus”. Mais adiante, na p. 108: “Os criadores de nossa antiga liturgia... souberam admiravelmente extrair e manusear o ouro que repousa no fundo das minas das Escrituras”. Mais: “O que Cassiano (†435) pede aos monges, que recitem e orem os salmos se estivessem compondo-os, realiza-se continuamente na santa liturgia.” Da p. 109 à p. 114, observações muito interessantes sobre os *hinos*, *antífonas*, *salmos*, *leituras*, os ofícios da noite e da manhã. Também sobre as relações entre liturgia e natureza (pp. 114-116). Na p. 116,

³ Cf BENTO XVI, *Verbum Domini*, n. 44

⁴ No texto brasileiro lê-se “Chefe”: a tradutora certamente equivocou-se ao traduzir assim, literalmente, o francês “*Chef*”.



um detalhe: Teria sido bom indicar a referência bíblica à advertência do Senhor (Lc 18,1) e do Apóstolo (1Ts 5,17), sobre o “*orar sempre*.” Finalmente, nas pp. 117-121, bela síntese conclusiva sobre “a ordem e o andamento do ofício cotidiano”. Uma pérola: “Onde a verdade e a bondade estão unidas, aí não faltará a terceira irmã, a beleza.” Um balanço pessimista: “Os últimos séculos (!) aviltaram tanto o ofício divino que dele perdemos o sentido: hoje (?) é compreendido tão somente como uma *oração vocal* imposta, e assim toda piedade íntima teve de se refugiar naquilo que chamamos de “*devoções*” (p. 121). A última frase do livro é a citação do final do salmo 50(49), v. 23, infelizmente “alegorizando” o “sacrifício de louvor”, que o salmista-profeta expressamente contrapõe aos sacrifícios rituais (cf. v.8)⁵.

Balanço geral deste pequeno grande livro, importante para a compreensão do movimento litúrgico da primeira metade do séc. XX. Num “clássico” não se mexe, evidentemente. Não podemos manipular o pensamento de Dom Casel, reescrevendo seu livro segundo nossos critérios⁶. Por outro lado, uma edição brasileira como esta, de 2010, devia certamente ter sido mais cuidada: não só na revisão do próprio texto traduzido (creio que retraduzido, da tradução francesa de 1946), como também no acréscimo de notas que ajudassem a fazer o cotejo entre a teologia do autor e a do pós-Vaticano II.

Endereço do Recensor:

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br

⁵ Cf PEREIRA, Ney Brasil, “Salmo 50: o verdadeiro sacrifício”, art. in “Jornal da Arquidiocese”, Florianópolis, abril de 2011, p. 6

⁶ Sugestão: Diante do nome e da obra do autor, não valeria a pena traduzir no Brasil sua obra póstuma, publicada em 1961, quase na antevéspera do Concílio, por SCHNEIDER, Theophora, monja da Abadia de Santa Cruz de Herstelle? Trata-se de *Mysterium der Ekklesia. Von der Gemeinschaft aller Erlösten in Christus Jesus* (“O mistério da Ekklesia. Sobre a comunidade de todos os salvos em Cristo Jesus”). Desconheço a editora.



FONSECA ofm, Joaquim. *Música Ritual de Exéquias: Uma proposta de inculturação*, Belo Horizonte: Edit. O Lutador, Apostolado Litúrgico, 2010, 17 x 24 cm, 516 pp.

*Ney Brasil Pereira**

Uma bela Tese. Bela na aparência e no conteúdo. Causa excelente impressão a apresentação gráfica, com a espaçosa diagramação escolhida, que torna agradável o percurso de quase meio milhão de páginas. Aliás, verificando melhor o conteúdo, nota-se que o texto da Tese como tal, com a Bibliografia, ocupa pouco mais da metade do volume, sendo que as 200 páginas finais são dedicadas aos Anexos musicais necessários, com as melodias digitalizadas ocupando largo espaço, uma por página, sem apertos.

Fruto de projeto de longos anos, o autor informa que, chegado o tempo oportuno, mergulhou no universo das “incelências” de defunto, no intuito de encontrar aí um viés para a inculturação da “Música Ritual” (MR) de exéquias. Como filho do Vale do Jequitinhonha, ele não precisou buscar em outra região do Brasil aquilo que o Vale tem em abundância: “incelências” e “louvor de anjo”. Ele partiu da hipótese inicialmente levantada de que, nessas “incelências” do Jequitinhonha, se encontram elementos rituais que contribuem para o processo de inculturação da MR de exéquias para a Igreja no Brasil. E a hipótese virou Tese, segundo o próprio autor, “original e relevante para a ciência litúrgica, uma vez que dentre os vários estudos elaborados a partir das ‘incelências’, a que se teve acesso, nenhum deles abordou o assunto sob o prisma da ciência litúrgica” (p.22).

Na Introdução, o autor apresenta a estrutura tripartita do seu texto: a **primeira parte**, com dois capítulos, sobre o Vale do Jequitinhonha e as “incelências” de defunto, em geral; a **segunda parte** é uma análise crítica das “incelências” à luz das exéquias, compreendendo três capítulos, a saber, a morte, as exéquias, e a análise das “incelências” do Vale; enfim, a **terceira parte** discorre sobre a importância das “incelências” do Jequitinhonha no processo de inculturação da MR de exéquias para a Igreja no Brasil, incluindo uma proposta de repertório complementar, elaborado a partir das “incelências”, para as celebrações do “Velório”, da “Última encomendação e despedida”, e do “Sepultamento” (p. 22).

* O recensor, biblista e compositor, é professor no ITESC, Florianópolis.



Antes de tudo, uma discussão terminológica. O autor fala constantemente de “**Música Ritual**”, a partir do título da Tese, adotando inclusive ao longo do texto a sigla, MR. O termo aparece no título do fascículo 7º da col. “Liturgia e Música”, da Paulus: “*Música Ritual e Mistagogia*”, de Ione Buyst, com a colaboração do autor. Já fora amplamente trabalhado pelo autor no fasc. 6º da mesma coleção, com o título “*Quem canta? O que cantar na Liturgia?*”¹. Nesse fascículo 6º, o tema do 2º capítulo é justamente “a música enquanto rito e a **música ritual cristã**”. Ora, segundo o autor, essa “música ritual”, que acompanha ou constitui determinado rito, está presente em todas as religiões. Sirvam de exemplo os “pontos” de umbanda: para cada orixá invocado existe um “ponto” (música ritual) próprio, que não pode ser executado fora da ação ritual. Na tradição litúrgica de Israel, os levitas músicos eram encarregados do canto e de tocar os instrumentos do culto (cf. 1Cr 15,16-21). Na liturgia cristã, segundo a *Sacrosanctum Concilium* (112), a música será tanto mais litúrgica quanto mais intimamente estiver integrada na ação litúrgica e no momento ritual a que se destina. “Em outras palavras, para cada momento ritual é necessária uma **música ritual** própria. Por exemplo: um salmo responsorial tem certamente uma fisionomia diferente de um canto de abertura” (pp. 51-52 do fasc. 6). E o autor cita Gelineau: “A estética de um canto litúrgico não é apenas a de um texto com sua música, mas a de toda a celebração em que o canto intervém” (p. 52 *ibid.*). Daí a conclusão: “Canto e música exercem uma *função ministerial*, ou seja, estão a serviço daquilo que se celebra na liturgia. Por isso, devem ‘conduzir’ à centralidade do mistério celebrado, a partir do tríplice serviço: à assembleia, aos diversos ritos, e à Palavra proclamada” (p. 53 *ibid.*). O capítulo 1º do citado fasc. 7 tem por título “**Música ritual: uma entrada para o mistério**”, insistindo nesse conceito: MR “não é qualquer canto ou qualquer música, mas a que está prevista nos livros litúrgicos, com textos próprios para cada momento do rito, cada tempo litúrgico, cada tipo de celebração...” (p. 11)

E aqui vem meu questionamento: não da expressão “música ritual” em si, de fato significativa, mas da tendência a introduzi-la como substitutivo de “música litúrgica”. Dessa substituição tenho minhas dúvidas,

¹ Referência dos dois fascículos: FONSECA, Joaquim, “Quem canta? O que cantar na Liturgia?”, 3. ed. São Paulo, Paulus, 2010, col. Liturgia e Música, 6; BUYST, Ione, e FONSECA, Joaquim, “Música Ritual e Mistagogia”, São Paulo, Paulus, 2008, col. Liturgia e Música, 7. De ambos os fascículos encontram-se minhas recensões na “Revista de Liturgia”, de Ed. Paulinas, Pias Discípulas...



pois toda “música litúrgica” é “música ritual”, mas nem toda “música ritual” é “música litúrgica”. Explico-me: **música “litúrgica”** e, ipso facto, “ritual”, é a música adequada ao texto, ao momento, ao rito, ao tempo litúrgico, enquanto música simplesmente “ritual” é a música adequada ao “rito”, litúrgico ou não, p. ex. até um “parabéns a você”. Essa discussão me lembra outra questão terminológica, que naturalmente extrapola a Tese em consideração, mas que parece oportuno aduzir aqui, em vista da sua manutenção nos documentos eclesiais. Trata-se da “**música sacra**”, expressão recorrente nos documentos romanos sobre “música litúrgica”, mas que também reaparece, às vezes, nos da CNBB. Penso que simplificaríamos as coisas se reservássemos a expressão “música sacra” para o tesouro da música tradicional em latim, tesouro no qual brilha o “modelo” do canto gregoriano, enquanto “música litúrgica” é todo o acervo criado no espírito da *Sacrosanctum Concilium*, favorecendo a participação frutuosa da assembleia celebrante. Nesse sentido, as grandes missas de Bach e Beethoven, tesouros artísticos insuperáveis de “música sacra”, não seriam “música litúrgica”. Isso, para entendermos bem o sentido do título da Tese: “**Música ritual** de exéquias”.

Isso dito, não vou repassar o conteúdo dos vários capítulos, síntese já apresentada pelo próprio autor nesta Revista², no ano passado, mas apenas chamar a atenção do leitor para o que mais me marcou. A Bibliografia, por exemplo (pp. 277-297), e as inúmeras notas de rodapé, fazem da Tese um referencial precioso para ulteriores pesquisas. O método, e o roteiro percorrido, facilitam a leitura e mantêm aceso o interesse do leitor. Assim, depois do exame das “Inclências” como folclore, segue sua “análise crítica à luz das Exéquias”, e aí encontramos excelentes capítulos sobre o próprio fenômeno da Morte, com suas várias imposições (bíblica, antropológica, no imaginário do catolicismo popular, “tradicional” e “renovado”); sobre os ritos das Exéquias (o de 1614 e o de 1969) e, enfim, a “análise teológico-musical” das “Inclências”.

Precioso recurso didático é o dos “quadros sinóticos”, p. ex., nas pp. 69-70, sobre três esquemas de “sentinela”; nas pp. 138-139, sobre as diferenças entre exéquias de adulto e de criança, ainda no rito de 1614; nas pp. 166-168, uma comparação entre os novos textos para as antífonas de Entrada e de Comunhão nas exéquias de adulto; na p. 257, o cotejo

² FONSECA, Joaquim, “Música ritual de exéquias; uma proposta de inculturação”, art. in “Revista de Liturgia”, São Paulo, Pias Discípulas, ano 37, n. 221, set.-out. 2010, pp. 14-16.



entre uma “incelência” e a “louvação” nela inspirada; na p. 265, id. entre uma antífona tradicional, um “louvor de anjo” popular, e o “canto final” neles inspirado; na p. 271, id. entre um “responsório” tradicional, uma “incelência”, e nova versão do “responsório”; na p. 273, id. entre uma “incelência” e uma “louvação a Maria”.

Muito informativa, a descrição da Missa de “Requiem” do missal de Pio V (pp. 154-164), com a reprodução do texto integral, latino e vernáculo, da famosa sequência *Dies irae*, não incluída no missal de Paulo VI. De resto, vale a pena citar o início da “conclusão” do cap. IV, sobre as Exéquias: “Num olhar retrospectivo sobre o que foi tratado ao longo do capítulo, verificamos a riqueza dos ritos exequiais utilizados pela Igreja ao longo de séculos e alguns impasses teológico-litúrgicos, cujos resquícios ainda persistem em alguns textos do RE-2³ e das missas pelos defuntos do missal de Paulo VI. Contudo, esta constatação não diminui aquilo que constitui o maior trunfo dos textos exequiais pós-Concílio, que é o ‘restabelecimento da perspectiva pascal e eclesial’” (p. 170).

Constatação interessante encontramos no final do cap. V, que apresenta a “análise teológico-musical das ‘Incelências’ do Vale”: “Por mais que a pregação (missionária) de outrora insistisse no terror do inferno, na culpa do pecado, na dificuldade de se salvar... os textos das ‘Incelências’ nos revelam uma concepção diferente, ou seja: o povo (simples) do interior do Vale do Jequitinhonha preferiu ‘agarrar-se’ na infinita bondade de Deus. Até mesmo nas pouquíssimas referências ao ‘dia do Juízo’ e ao ‘inferno’, expressas nas ‘Incelências’, prevalece a intervenção decisiva das forças celestes, sobretudo quando o resultado final da ‘prova da balança’ tenha sido desfavorável à alma. A intercessão da Virgem Maria e a bravura do arcanjo Miguel é o melhor exemplo disso” (p. 215).

O cap. VI, que estuda e aprofunda os conceitos fundamentais de “Inculturação” e “Música Ritual Inculturada”, inclusive situando-os na América Latina e no Caribe (cf especialmente pp. 228-232), conclui que “a inculturação litúrgica, mesmo não sendo fácil, é necessária para a vida da Igreja”. Antes, “é uma condição *sine qua non* para que os diversos povos encontrem na liturgia uma frutuosa participação” (p. 237). Mais. É “um processo que requer *interdisciplinaridade*, ou seja, a colaboração de

³ RE-2 é a sigla do Ritual de Exéquias de 1969.



antropólogos, etnomusicólogos, sociólogos, especialistas em linguística, músicos, artistas, e especialistas em ciência litúrgica” (ibid.).

O cap. VII faz uma “sugestão de repertório complementar” da MR de exéquias, buscando sua inculturação a partir das “Incelências” em estudo. “Além do resgate desses cantos fúnebres populares... o trabalho em si possibilitou-nos”, diz o autor, “mergulhar na raiz mais profunda dessa música que, ao longo de séculos, alimentou a fé e a esperança na ressurreição de boa parte da população brasileira que vivia longe dos grandes centros urbanos” (p. 274). Quanto aos “Anexos” musicais, I e II, que ocupam os dois quintos finais do volume (pp. 303-510), sua inclusão enriquece sobremodo o valor do livro, comprovando a hipótese que deu origem à pesquisa. Por fim, quanto à relevância da Tese, subscrevo o final da apreciação de José Ariovaldo da Silva, citada no verso da capa: Trata-se de um trabalho “que marca novo e importante passo no caminho de inculturação da liturgia de exéquias da Igreja Católica no Brasil ou, quem sabe, também de outras igrejas”.

Endereço do Recensor:

Email: ney.brasil@itesc.org.br



SILVA, Maria Freire da. *Trindade, criação e ecologia*. São Paulo: Paulus, 2009, 287 p.

Rafael Uliano*

**TRINDADE, CRIAÇÃO E ECOLOGIA:
PARTICIPAÇÃO E COMUNHÃO INTERLIGADA
À VIDA DOS QUE VISLUMBRAM UM
NOVO *KAIRÓS* NA HISTÓRIA.**

Levando-se em consideração toda a ampla reflexão que se faz hodiernamente em torno da ecologia, da valorização da natureza, bem como a integração perfeita dessa com o ser humano, ler *Trindade criação e ecologia* é uma ótima oportunidade para se perceber a pericorese, a integração de Deus uno e trino na perspectiva ecológica, ou seja, Deus é modelo de vivência para todo o universo. A própria Campanha da Fraternidade do ano 2011 trouxe a abertura dessa reflexão: ter consciência do cuidado que se deve ter com aquilo que é obra divina e está à disposição para a integração equilibrada entre os seres humanos e as criaturas inanimadas e não estas submissas, subordinadas, passíveis de pura manipulação por aqueles.

A autora, Maria Freire da Silva, natural de João Câmara (RN), é membro da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Possui graduação e também mestrado em Teologia pela Pontifícia Faculdade de teologia Nossa Senhora da Assunção (São Paulo) e doutorado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Atualmente é professora de teologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A humanidade pós-moderna tem sido autora e testemunha de grandes mudanças sociais e religiosas. A irrupção da informação científica, a descoberta de valores humanos, psicológicos e éticos, mundiais, tanto quanto as relações desiguais, têm preocupado profissionais de todas as áreas da sociedade. A teologia não ficou alheia a essa realidade. Na busca de contribuir para a comunhão e unidade do mundo e da humanidade, a teologia da Trindade tem sido nos últimos anos, por parte de alguns teólogos, um dos pontos mais importantes

* O recensor é especialista em Direito Matrimonial Canônico (FSB-RJ) e aluno do quinto semestre do curso de Teologia do ITESC.



da teologia, para uma releitura da orto-práxis das Igrejas, sobretudo no que se refere à comunhão trinitária como modelo para a Igreja e o universo. Nesse contexto, a pericorese trinitária tem ocupado lugar privilegiado no campo da reflexão, por parte de alguns teólogos que pretendem mostrar o inter-relacionamento trinitário de Deus como modelo de Igreja-comunhão, modelo trinitário de uma sociedade de iguais, inter-relacionados com o cosmo em perspectiva ecológica. Com isso, a autora demonstra ter como objetivo a apresentação de uma reflexão teológica sobre o pensamento de Jürgen Moltmann e de Leonardo Boff – no que se refere ao modelo societário da Trindade e seus desdobramentos na criação. Consequentemente, mostra como a pericorese trinitária constitui o eixo articulador da reflexão sobre ecologia. Em outras palavras, no livro, analisa-se *“a influência da teologia da esperança e trinitária de J. Moltmann na teologia brasileira, através do pensamento de L. Boff”* (p. 11).

O livro, com dezesseis páginas de bibliografia (pp. 267-283), desenvolve-se didaticamente em seis capítulos, de início apresentando-se bastante fluente; depois se torna um pouco aborrecido e com algumas ideias que não precisariam ser repetidas tantas vezes. Contudo, é interessante a abordagem do pensamento moltmanniano, demonstrando como Moltmann adquiriu processualmente sua característica de integridade e como influenciou o pensamento de Boff. Este, por sua vez, recebeu muito da bagagem do Concílio Vaticano II no que diz respeito a uma eclesiologia de comunhão fundada na iniciativa trinitária. *“Nesse contexto, a teologia da libertação surge com o objetivo de articular teoria e práxis a partir da experiência dos pobres, relacionando a ‘História com a salvação, e a libertação ético-política com a libertação soteriológica’”* (pp. 13-14). Pode-se, portanto, dizer que o modo de escrever da autora se faz num caminho simples, tendo como ponto de partida o pensamento de Moltmann e ponto de chegada a explanação feita por Boff, no contexto da América Latina. Entretanto, apesar do caminho simples, não se tem uma linguagem simples, porém da gramática teológica.

Por ter assistido à morte de seu melhor amigo em um campo de guerra, a teologia de Moltmann, diz a autora, nasce de sua experiência de Deus diante da morte, e se apresenta como sendo da esperança. Quanto à influência de Moltmann na teologia boffiana, vemo-la no que se constitui o modelo societário da Trindade, considerado como



o mais adequado e sugestivo para a experiência de fé num contexto de opressão.

Com tal visão, pode-se ainda dizer, em linhas gerais, que o texto está dividido em duas grandes partes. Na primeira (os três primeiros capítulos), se analisam os pressupostos teológicos da “teologia da esperança e da teologia da libertação no Brasil”. Na segunda (também constituída de três capítulos), são analisadas, a teologia da Trindade, a teologia da criação e a ecologia.

Entrando pela porta dos fundos, pode-se afirmar, antes de esmiuçar o conteúdo de cada um dos seis capítulos, que o livro em questão busca avaliar a pericorese trinitária num horizonte ecológico, associando a ameaça ao planeta Terra aos desvios causados à natureza em seus ecossistemas, como o sofrimento dos pobres. As categorias de *entropia* (desorganização) e *sintrópia* (organização) ajudam, a partir da comunhão trinitária, na formulação de uma ética humano-ecológica.

No primeiro capítulo (pp. 25-61), a autora contextualiza o fio condutor do pensamento de Moltmann e de Boff, bem como os princípios que norteiam a sua evolução, como também os elementos que influenciaram sua elaboração teológica, o método teológico usado e os interlocutores dessa teologia. Desenvolve-se num primeiro momento a transição da hermenêutica da esperança à hermenêutica trinitária, não se desapercebendo da influência provinda da filosofia da esperança de Ernst Bloch e da teoria marxista presente na hermenêutica da teologia da libertação.

(...) a teologia da esperança de J. Moltmann não deve ser lida na perspectiva da teologia sistemática, mas na ótica da teologia fundamental. Há uma continuidade entre a teologia moltmanniana e a hermenêutica da libertação desenvolvida por Boff. (...). [os autores], diferenciam-se no referencial; ou seja, os pobres constituem a novidade hermenêutica libertadora que está interligada com a doutrina social da Igreja. (...). A teologia da Trindade em Boff, na perspectiva da libertação, é elaborada pontuando três preocupações básicas: simplificação das controvérsias e heresias históricas; privilégio para as interpretações mais significativas no contexto dos países pobres; manutenção da consciência de limitação da linguagem humana diante do mistério. Porém, Boff está imbuído totalmente do modelo societário de Moltmann no que se refere à aplicação da comunhão da Trindade na comunidade humana (pp. 60-61).



Levando-se em consideração que o método e a hermenêutica aludem ao evento cruz-ressurreição e pentecostes, no segundo capítulo (pp. 63-109), mostra-se a passagem da cristologia escatológica a uma escatologia cristológica, refletindo a dialética da cruz-ressurreição. Tenha-se presente que o objetivo de Moltmann e Boff é desenvolver uma cristologia da história escatológica de Deus, entendendo-se a cruz em termos trinitários. A teologia da cruz requer uma reconstrução da doutrina da Trindade, com o objetivo claro de entender o evento Gólgota (p. 107).

No terceiro capítulo (pp. 111-142), encerrando a primeira grande parte do livro, intitulada *pressupostos teológicos*, a autora aborda a economia da salvação e a doxologia, interligando uma reflexão sobre monoteísmo político e monoteísmo clerical, a partir da ótica trinitária e a-trinitária, bem como suas consequências. Alude-se, neste capítulo, à teologia de Karl Rahner. A questão abordada acerca do monoteísmo cristão é aplicada com o objetivo de criticar a forma como se organiza a sociedade, mas, sobretudo, a forma como está organizada a Igreja em seus ministérios.

Salienta-se a forte interligação entre Cruz e Trindade. (...) A cruz é o lugar no qual Deus manifesta-se Trindade, qual comunhão intradivina do Pai e do Filho e do Espírito Santo, em que as pessoas constituem-se em seu amor recíproco. (...) No evento-cruz realiza-se a história de Deus: o Pai e o Filho constituem-se como tais enquanto profundamente distintos e separados no abandono. (...) A dinâmica interna da Trindade é vista como uma doutrina trinitária do Reino (p. 142).

Adentrando a segunda parte do texto, que por sinal também é subdividida em três, talvez aludindo à Trindade, vislumbra-se uma análise de toda a teologia da Trindade, da criação e da ecologia. Assim, no quarto capítulo (pp. 145-195) que fala sobre a Trindade e o modelo societário, há uma reflexão sobre a doutrina da liberdade. Mostra-se a influência da teologia trinitária de Joaquim de Fiore, que apresenta os três reinos na História: o reino do Pai, o reino do Filho, e o reino do Espírito Santo, articulando-se a dimensão doxológica da teologia trinitária.

(...) tenta-se uma releitura das três etapas do Reino, as denominadas eras, tomadas de G. da Fiore [Joaquim de Fiore]. (...) Deus em seu mistério de amor é plena comunhão, amor revelado na história por Jesus Cristo e na ação do Espírito Santo. Amor que transborda na revelação sem



esgotar na História, amor que se manifesta como modelo e utopia. Amor que permanece mistério, transcendente, ultrapassando as analogias, escondendo-se na inefabilidade de sua beleza (p. 195).

Tendo batido à porta do cerne do livro, no capítulo quinto (pp. 197-222) encontra-se uma contraposição entre teologia da criação e ecologia, a partir da constatação do problema ecológico. “Moltmann desenvolveu a doutrina da criação vinculada à ideia de uma doutrina ecológica da criação em perspectiva trinitária” (p. 199). Discute-se também a dimensão antropológica, associada à doutrina do sábado como início da nova criação, em que Deus é tudo em tudo.

(...) Moltmann aproxima a doutrina da casa (...) à doutrina da criação, uma vez que Deus habita a sua criação e as suas criaturas na forma de Espírito, habitando-as no ato de criar e descansar. A transcendência torna-se imanência e sua imanência está na encarnação. (...) O repouso sabático, associado à doutrina da justificação judaica e à justificação cristã, propõe interligar o sábado ao domingo da ressurreição de Cristo. (...). A perspectiva boffiana tem seu ponto de partida na ecologia como novo paradigma. A perspectiva do novo paradigma implica uma nova articulação do antropológico com o biocêntrico, surgindo uma terceira categoria, a cosmocêntrica. Desse ponto de vista, emerge a relação entre teologia da criação e ecologia, na qual o Spiritus Creator dinamiza o universo, e a perspectiva escatológica abre-se para o mundo como futuro e promessa, na qual Deus emerge no processo evolucionário (p. 221-222).

O sexto capítulo (pp. 223-237) faz uma amarração entre os pobres e a ecologia: “O modelo trinitário orienta para uma ética na qual os pobres e excluídos são portadores de um privilégio epistemológico” (p. 231). Os pobres e a criação cabem dentro de um novo paradigma e redimensionamento da teologia da libertação, inter-relacionados em sua perspectiva: o grito da Terra e o grito dos pobres.

As relações trinitárias constituem o eixo articulador do discurso ecológico como novo paradigma e redimensionamento da teologia da libertação (...). Propõe-se uma ética humano ecológica, a partir da tomada de consciência do ser humano como filho da Terra, como nó de relações, interligado com o cosmos e com Deus (...). Uma relação entre teologia da criação e ecologia, sustentada por uma espiritualidade cosmológica capaz de recuperar o sagrado do Universo.



No epílogo (pp. 239-265), a autora delinea perspectivas à luz dos Concílios (aplicado a Moltmann e a Boff) e do Magistério da Igreja (aplicado apenas a Boff, já que Moltmann pertence à tradição protestante). Destaca-se: “(...) a elaboração teológica de Boff, inserindo-se no quadro da teologia da libertação, já demonstra, desde o início, um caráter audacioso, tanto do ponto de vista hermenêutico quanto do epistemológico” (p. 256). A autora verifica também os elementos consistentes, os limites e as lacunas, as implicações e as perspectivas do pensar teológico no conjunto da tradição teológica. Da apresentação final, destacam-se as tensões acerca da co-igualdade das Pessoas Divinas na Trindade; a relação entre escatologia e epifania, a perspectiva da revelação de Deus no AT... E por fim, visualiza-se o deslocamento do ser humano do centro da criação, concedendo esse espaço ao sábado e à compreensão da cristologia da cruz como teologia trinitária, colocando a pericorese trinitária como eixo estruturante do discurso ecológico. Vale ainda destacar o limite apresentado pela autora: “A teologia de Moltmann corre o risco de perder o especulativo, caso não se atenha ao contexto bíblico” (p. 240).

No decorrer do livro, a autora fala em teologia “brasileira” (por exemplo, p. 11). Tratando-se de uma teologia enquanto sistematização de todo um pensar teológico, o melhor seria substituir o termo em questão por teologia latino-americana. De resto, os reparos e observações à obra não lhe tiram o mérito inegável de servir como introdução valiosa aos estudos de Teologia Trinitária, e confirmam a qualidade teológica de sua autora.

O ponto alto de todo o livro fica no âmbito da relação que se pode fazer entre a Trindade e o cosmos, a natureza, a criação... Se os seres humanos, que têm à sua disposição tantas dádivas naturais, soubessem aproveitar pericoreticamente o cosmos, levando em consideração que tudo está posto para ser utilizado e não explorado, eles estariam vivendo uma espiritualidade que levaria até a uma melhor qualidade de vida.

Procurando elaborar uma relação com a vida e o cotidiano do ser humano hodierno, pode-se dizer que, mesmo tento uma estrutura e um cabedal introdutório à teologia sistemática, o texto do livro *Trindade criação e ecologia* é um ótimo subsídio para se estudar com lideranças nas paróquias, comunidades eclesiais, religiosas etc..., de modo a continuar a reflexão da Campanha da Fraternidade deste ano. De fato, a CF



não deveria encerrar-se no final da quaresma, mas continuar pelo menos até a apresentação da próxima.

Formulo votos para que sejam muitos os leitores que possam fazer a experiência e a reflexão que brotam dessa leitura, propondo-se também a sempre caminhar buscando viver a espiritualidade trinitária aonde quer que se esteja.

Endereço do Recensor:

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal

88040-001 Florianópolis-SC

e-mail: rafael_uliano@terra.com.br

blog: www.rafaeluliano.wordpress.com



PAGOLA, José Antonio. *Jesus, aproximação histórica*. Trad. Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2010. 615 p.

*Fernando Maico Barauna**

Com mais de seiscentas páginas, o original foi publicado em 2007, na Espanha, sob o título *Jesús, aproximación histórica*. Combinando rigor histórico e linguagem simples, Pagola utiliza a metodologia e os meios da investigação moderna. Parte de todas as fontes literárias disponíveis, enfatizando as evangélicas, que segundo ele, são as mais importantes e decisivas. Além disso, busca respaldo na arqueologia, antropologia cultural, sociologia das sociedades agrárias da bacia do Mediterrâneo e economia, além de contribuições de outros trabalhos já realizados.

Mais que uma biografia histórica, o autor deseja oferecer, em sua obra, os principais traços da vida e missão de Jesus, dedicando-a especialmente àqueles para quem Ele não representa nada de relevante, ou aos que se decepcionaram com o Cristianismo.

No primeiro capítulo, intitulado *Judeu da Galileia* (pp. 29 – 56), Pagola proporciona um panorama do Império Romano, adentrando em aspectos importantes quanto à sua organização, características de sua dominação sobre os povos conquistados e governantes da época em que nasceu Jesus. Além disso, descreve elementos acerca da Galileia, destacando pontos de sua geografia e política.

O segundo capítulo, denominado *Vizinho de Nazaré* (pp. 61 – 84), é dedicado a alguns aspectos da vida de Jesus, como o fato de nunca ter casado, além de pontos básicos sobre essa pequenina cidade. Com não mais de quatrocentos habitantes, Nazaré é desconhecida e está longe das rotas comerciais. Sustentada por uma agricultura de subsistência, sua realidade é marcada pela vida humilde, pobre, de partilha de bens, com baixa expectativa de vida e maioria analfabeta. A família figura como instituição fundamental. É nela, nas reuniões religiosas aos sábados e nas festas religiosas, que se alimentava a fé.

O terceiro capítulo, *O buscador de Deus* (pp. 87-106), adentra no início da vida pública de Jesus. Ele decide deixar seu trabalho, abandonar sua família. Dirige-se ao deserto, encontra-se com João Batista, profeta original, que denuncia o pecado e a hipocrisia das elites religiosas. Ao

* O recensor é aluno do 3º ano de teologia do ITESC.



deixar batizar-se por ele, Jesus passa a compartilhar suas aspirações e mensagem. Com a morte de João, o nazareno compreende que o tempo se cumpriu e o que ele anunciava agora está acontecendo: o reino de Deus chegou e deve ser acolhido. Esse constitui, segundo Pagola, o cerne da vida e pregação de Jesus. Ele é o *profeta do Reino de Deus* (pp. 109 – 141), como aborda o capítulo quarto.

Ao deixar o deserto, Jesus vai diretamente para a Galileia, passando a viver no pequeno povoado de Cafarnaum, local estratégico para sua missão profética, de boa comunicação com o resto da Galileia e os territórios vizinhos. O campo do anúncio focava-se nos arredores das cidades, onde se encontravam os mais excluídos, pobres e humilhados. É dessa forma que ele dá início à implantação do reino de Deus, contando-lhes parábolas, realizando curas, libertações e fazendo refeição com eles. Faz isso com uma liberdade impressionante. Não vive de trabalho remunerado, não possui casa ou terra, não tem dinheiro. Abandonou todas as seguranças, para experimentar o que Ele comunica, causando alegria e empolgação nas pessoas. Pagola destaca ainda a prioridade que Jesus dá aos pobres, elencando seus motivos.

De fato, o método de Jesus, marcado pela originalidade, pelo uso de imagens, metáforas e comparações, fez dele um verdadeiro poeta, um *Poeta da compaixão* (pp. 145-186), como atesta o quinto capítulo. Trata-se de suas parábolas, marcadas pela clareza, simplicidade e pela força de penetração nas pessoas, já que partia de suas experiências diárias. Didaticamente, por meio delas, Jesus apresenta a força do Reino, a misericórdia e compassividade de Deus.

Além das parábolas, Pagola destaca, no sexto capítulo, *O curador da Vida* (pp. 191-214), que o anúncio de Jesus se deu também por meio de inúmeros sinais: os milagres, as curas e exorcismos. Trata-se de um fato histórico inegável, como sublinha o autor: todas as fontes cristãs atestam Jesus como um curador. Mas deve-se observar que a enfermidade, mais que um dado biológico, é religioso e sociológico. Muito além de uma melhora física, Jesus reconstrói no enfermo a confiança em Deus, liberta-o do isolamento, do desespero, das exclusões e do pecado, reaviva sua fé, reconcilia-o com a sociedade. Também se destacam, nesse capítulo, as ponderações do autor sobre a interpretação dos exorcismos realizados por Jesus.

Nítida é a escolha que Jesus faz. Ao anunciar o Reino, ele faz-se *Defensor dos últimos* (pp. 219-252), como intitula o escritor o sétimo



capítulo. Aqui, Pagola adentra em todo o contexto de empobrecimento da Galileia, aprofundando as suas causas, destacando o agravante do “sistema de pureza” vigente. Destaca que Jesus identifica-se com esses *últimos*, denunciando a realidade deplorável em que vivem, assegurando acima de tudo a dignidade a essas pessoas.

As atitudes e escolhas de Jesus causam escândalo e hostilidade, especialmente sua amizade com os “pecadores”, as prostitutas, os coletores de impostos. A sua relação com as mulheres também desperta a atenção de todos. É justamente essa proximidade delas que é assinalada no oitavo capítulo: Ele é *Amigo da Mulher* (pp. 255-283).

Primeiramente, Pagola aprofunda a compreensão que havia da mulher na sociedade de Jesus, seguindo o caminho trilhado pelo nazareno no rompimento de tradições e costumes a fim de acolher as mulheres e superar sua opressão. Muitas se tornam suas discípulas, como Maria Madalena. Além disso, Pagola lembra que as crianças também ganham uma atenção especial de Jesus. Ao lado das mulheres, são os mais fracos e pequenos na família, os mais necessitados de amor.

De fato, as pessoas viam nesse homem, que anunciava o Reino e acolhia a todos, especialmente os rejeitados de seu tempo, um *Mestre da vida* (pp. 287-318), como se expressa no título do nono capítulo. Aqui se aborda toda a experiência que Jesus faz de Deus e como ele a transmite às pessoas, sendo um verdadeiro mestre, um profeta, que sabiamente usa da linguagem popular para transmitir sua mensagem. Não se perde em questões de Lei e moral, mas deseja que todos almejem a verdadeira vontade de Deus.

Com o passar do tempo, as pessoas sentem-se tocadas e desejam seguir Jesus. Ele torna-se o *criador de um movimento renovador* (pp. 323-358), como define o décimo capítulo. Pagola mostra como se deu o processo de formação dos discípulos e discípulas, que são educados pelo próprio Jesus para o auxiliarem na tarefa de anúncio do Reino. É desse grupo que ele escolherá os seus apóstolos, núcleo mais íntimo, estável e importante dentre seus seguidores. Por fim, destaca-se que nem todos os que aderem a Jesus e à sua mensagem o seguem propriamente. Entretanto, muitos colaboram com sua hospitalidade, alimentação e alojamento.

Mas toda a atividade de Jesus, a sua pregação e atitudes são fecundas por que ele, como demonstra Pagola no capítulo onze, é *Crente fiel* (pp. 363-395). De fato, a experiência de Deus foi central e decisiva na



vida de Jesus. Desde criança, destaca Pagola, Jesus bebeu dos profetas, da tradição sapiencial e dos salmos, alimentando a imagem de Deus como salvador, preocupado com a felicidade de seu povo, especialmente do injustiçados, das vítimas. Juntam-se ainda, a experiência no deserto com João Batista e o seu batismo. Fundado nessa riqueza de experiências, Ele abandona-se e confia em Deus. Sempre está em contato íntimo, numa vida de oração simples e oculta, almejando cumprir a vontade de Seu Pai, como gostava de chamá-lo. Justamente a oração do Pai Nosso, que Ele ensina aos discípulos, aprofundada por Pagola, exprime essa forma próxima de se relacionar com Deus.

E as reações ao anúncio do Reino logo aparecem. O capítulo doze manifesta essa realidade ao qualificar Jesus de *Conflitivo e perigoso* (pp. 399-439). Nele, o autor trata de todo o desenrolar dos fatos que culminarão na execução de Jesus. Além disso, sublinham-se os grupos rivais que Jesus vai encontrando no seu anúncio do Reino e denúncia do anti-reino, sua entrada Jesus em Jerusalém, e o gesto audacioso de expulsar os vendedores do Templo, intervindo no sistema político-religioso instaurado. Por fim, o autor destaca a ceia de despedida de Jesus aos discípulos, marcada pelos gestos proféticos da entrega do pão e vinho.

Na sequência, Pagola aborda as circunstâncias em que Jesus é preso e condenado. Ele será o *Mártir do reino de Deus* (pp. 443-484), título do capítulo treze. Nesse ponto, a obra dedica-se à prisão de Jesus, aos seus mandatários, às alegações que o conduzirão à morte, e ao contexto histórico desse evento. Pagola também busca reconstruir a noite da detenção, tarefa árdua, visto que as fontes oferecem versões notavelmente diferentes. Ainda são apresentados alguns aspectos do governo e da pessoa de Pôncio Pilatos, seguido dos detalhes do julgamento de Jesus, que culminará com sua condenação à morte mais terrível e temida, pela crucificação. Pagola aborda com profundeza esses elementos, oferecendo ao leitor ricos detalhes.

Mas Jesus não fica na morte. Ele é *Ressuscitado por Deus* (pp. 489-520), como diz o título do capítulo quatorze. É esse acontecimento que transforma os discípulos. A crise e a desolação logo são superadas, e esses homens retornam a Jerusalém, reúnem-se em nome dele e proclamam a todos que ele está vivo. Assim, Pagola aborda questões pertinentes ao fato da ressurreição, esboçando a experiência dos apóstolos, os fundamentos dessa crença, além de outras questões.



Partindo dessa experiência da ressurreição, os seguidores do nazareno começam a fazer uma releitura de toda sua vida, *aprofundando a identidade de Jesus* (pp. 527-562), tema do último capítulo. Trata-se de retornar ao início para contemplar, a partir da perspectiva da ressurreição, tudo o que se recorda de Jesus, sua atuação e mensagem, descobrindo sua verdadeira identidade. Os evangelhos e, antes deles, os títulos e nomes que buscam dar a Jesus, são frutos desse processo. Pagola busca apresentar esses títulos, adentrando em seus significados.

E a obra *Jesus aproximação histórica*, culmina com seu *epílogo* (pp. 565-573). Aqui o autor compartilha algumas convicções pessoais, fruto do seu próprio esforço de se aproximar da pessoa de Jesus. A primeira é que Jesus deve ser posto no centro do cristianismo. Ele é o melhor que a Igreja pode oferecer e comunicar ao mundo de hoje: não uma ideia, mas uma pessoa encarnada, viva. Sua segunda convicção consiste em oferecer à sociedade contemporânea, o autêntico Deus de Jesus, superando visões fantasiosas e ambiciosas que nada têm a ver com a experiência de Deus vivida e comunicada por ele. Outra convicção que o autor proclama é a necessidade de não esquecer que Jesus vive para o reino de Deus, realidade pouco recordada. O anúncio do Reino é a verdadeira e única tarefa da Igreja e de todos os cristãos. E por fim, Pagola aborda a convicção de que a primeira opção do cristão é ser seguidor de Jesus, assumindo sua missão e mensagem.

A obra oferece, ainda, inúmeras riquezas em seus *anexos* (pp. 577-615), como um breve perfil histórico de Jesus e os critérios gerais de interpretação e de historicidade na pesquisa. Além disso, adentra nas fontes literárias e nos dados que a arqueologia oferece para o estudo cristológico. Finalmente, aborda alguns traços da investigação atual sobre Jesus, a ficção “científica” e romanesca que se cria em torno dele, e um quadro cronológico.

Jesus, aproximação histórica é sem dúvida uma obra grandiosa. Destaca-se pela linguagem acessível, a boa articulação, fundamentação, vasta pesquisa bibliográfica de seu autor. Observa-se que o objetivo do autor é plenamente alcançado. Mais que oferecer uma biografia de Jesus, seu desejo é alimentar a fé, ou ao menos, fazer com que a pessoa de Jesus seja mais bem compreendida. Ao longo da história, o cristianismo enveredou por inúmeros caminhos, muitos deles distorcendo quem verdadeiramente é Jesus, qual sua missão e mensagem. De fato, se para muitos Jesus é ainda ignorado, é justamente porque os cristãos



não souberam, por tantos motivos, ser seus verdadeiros seguidores, não dando verdadeiro testemunho de sua fé.

Outro elemento que pode ser destacado de *Jesus, aproximação histórica* é sua logicidade. Os capítulos são bem organizados e articulados, proporcionando um verdadeiro percurso pela pessoa, vida e missão de Jesus. Lembre-se também o valor que Pagola dá às fontes canônicas. Mas, no decorrer da obra, ele não fica preso a elas. Sabe, com precisão, utilizá-las, buscando aquilo que seja o mais histórico e indicando possíveis construções dos seus redatores, apontando sempre suas intenções. Não deixa de mencionar e fundar-se em outras fontes confiáveis.

Pagola também demonstra preocupação com seus leitores. Devido ao objetivo da obra e sua facilidade de leitura, o que proporciona um maior campo de recepção da mesma, torna-se evidente que muitos de seus apreciadores não tenham um contato mais apurado com o estudo sistemático da cristologia. O material que ele oferece em anexo pode, nesse caso, ajudar a alargar os horizontes.

Destaca-se ainda na obra de Pagola a riqueza de notas explicativas. Elas ajudam o leitor a aprofundar muitos pontos importantes que no texto seriam difíceis de serem contemplados. É interessante notar ainda que o autor contribui com o leitor no caminho de aprofundar as temáticas destacadas em cada um dos capítulos, indicando no fim de cada um deles vasta bibliografia para aprofundamento.

Jesus, aproximação histórica não é um tratado cristológico, muito menos um resumo das formulações dogmáticas. É uma ponte de acesso para conhecermos mais de perto, de maneira simples, frutuosa, quem é Jesus, como viveu, qual sua missão, os motivos de sua morte e a sua ressurreição. Certamente, quem a lê, sairá mais enriquecido e perceberá que Jesus não foi alguém distante, mas alguém muito próximo, verdadeiramente humano, defensor da vida, anunciador de um Deus que é Pai e que deseja vida para todos.

Endereço do Recensor:

E-mail: fernandobarauna10@hotmail.com